

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA. Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na Rua Doutor Cândido, os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pará de Minas, com a finalidade de discutir pautas diversas, entre elas o Edital Fundos da Infância e Adolescência 2025 – Itaú Social. Durante a reunião, a Sra. Patrícia Castro questionou os presentes acerca das instituições interessadas em participar do referido edital. Manifestaram interesse as seguintes entidades: **Associação Comunitária Bela Vista – ABEV**, CNPJ nº 23.772.759/0001-98, localizada na Rua Francisco Assis Marinho, bairro Recanto da Lagoa, Pará de Minas/MG; **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE**, CNPJ nº 18.416.891/0001-27, localizada na Rua Inocêncio III, nº 340, bairro São Francisco, Pará de Minas/MG; **Instituto Padre Libério – IPL**, CNPJ nº 07.604.596/0001-88, localizado na Rua Ibraim Severino Ribeiro, nº 222, bairro Padre Libério, Pará de Minas/MG. As demais instituições presentes optaram por não participar diretamente, manifestando apoio às entidades interessadas. As três instituições participantes deliberaram, em comum acordo, que o projeto a ser apresentado será construído de forma colaborativa, com o objetivo de contemplar os públicos atendidos por cada uma, ampliando as possibilidades de atuação e contribuindo para a redução das desigualdades sociais enfrentadas por seus assistidos. Essa decisão foi acolhida e incentivada por todos os presentes na assembleia. Ficou definido que o **Instituto Padre Libério – IPL** será a instituição responsável pela inscrição do projeto, gestão dos recursos e prestação de contas, sendo a elaboração, execução e acompanhamento do projeto partilhada entre as três instituições participantes. O projeto **“Informática Inclusiva: Incluir para Transformar”** tem como foco central a promoção e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, com ênfase no seu desenvolvimento integral, inclusivo, equitativo e educacional. A proposta busca oferecer acesso à tecnologia de forma acessível e adaptada, criando oportunidades que favoreçam a inclusão social, a aprendizagem significativa e o fortalecimento das competências pessoais e digitais, incentivando o pleno desenvolvimento dos participantes em suas múltiplas dimensões. Nada mais havendo a tratar, eu, Áglia Campolina, secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Pará de Minas, 02 de julho de 2025.